

# ENTRE “FICAR” E “DESERTAR”: VALORES E ESCOLHAS DE JOVENS PARTICIPANTES DO PROJovem ADOLESCENTE EM RIBEIRÃO PRETO/SÃO PAULO/BRASIL

Gisele Cristina Gentilini VINHA<sup>1</sup>  
Elmir de ALMEIDA<sup>2</sup>

## Introdução

A temática da juventude no meio acadêmico vem conquistando aos poucos o interesse de inúmeros pesquisadores. No cenário científico-acadêmico brasileiro, depois de quase trinta anos de marginalidade, os temas da juventude e dos jovens voltaram a ser objetos de atenção de docentes e discentes vinculados a Programas de Pós-Graduação das áreas das Ciências Humanas e Sociais e Sociais Aplicadas<sup>3</sup>. Dentre os trabalhos analisados pela equipe de Sposito (2009), no que tange a temática “Adolescentes em Processos de Exclusão Social”, grande parte não teve a preocupação em compreender o jovem sob o ponto de vista do próprio jovem, principalmente no que diz respeito às suas vivências diante das ações públicas a ele destinadas (SPOSITO; TOMASI; MORENO, 2009).

Neste trabalho apresentamos resultados preliminares de estudo que investiga os valores que esposam os jovens inseridos no tecido urbano e social de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, que se vinculam(ram) a programa público socioeducativo, denominado Projovem Adolescente, entre 2008-2012, entendendo aqueles sujeitos como “agentes empíricos” e “atores capazes de ação” (DUBET, 1994).

A pesquisa levantará dados sociodemográficos que permitam o delineamento de uma caracterização dos jovens que se inscrevem(ram) no Projovem Adolescente que vá além da denominação ampla e vaga que lhes conferem os Governos Federal e Municipal, que os apreendem sob a polissêmica expressão de “jovens que vivem em situação de vulnerabilidade e risco”; busca, ainda, compreender os valores que suportam as escolhas dos adolescentes em permanecer ou desertar daquele Programa, indagando-lhes sobre as propostas que teriam para sua educação não escolar, na fase da vida em que se encontram” (PAIS, 1998).

Para compreender os motivos e valores que dão suportes as escolhas dos sujeitos entre permanecer ou desertar do Projovem, no período considerado, temos desenvolvido

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de mestrado em Educação – Departamento de Educação, Informação e Comunicação – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - Universidade de São Paulo – USP – CEP 14040-901 - Ribeirão Preto – São Paulo – Brasil – giselevinha@usp.br.

<sup>2</sup> Docente e orientador do curso de mestrado em Educação – Departamento de Educação, Informação e Comunicação – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – Universidade de São Paulo – USP – CEP 14040-901 - Ribeirão Preto – São Paulo – Brasil – elmir@ffclrp.usp.br.

<sup>3</sup> Sob o nome de Estado da Arte, Sposito e colaboradores (2009) reuniram as pesquisas desenvolvidas nas áreas de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política, Sociologia), Educação e Serviço Social, no período de 1999 a 2006. A produção levantada pela equipe de Sposito foi dividida em vários temas, entre eles um que muito se aproxima do meu Projeto - Adolescentes em Processo de Exclusão Social. Tal temática ocupou o primeiro lugar no conjunto da produção elaborada na área de Serviço Social e em Ciências Sociais, em maior número considerando como jovens os sujeitos adolescentes, em detrimento dos jovens propriamente ditos, aqueles denominados, geralmente, como “adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social” (SPOSITO; TOMASI; MORENO, 2009).

pesquisa qualitativa, na modalidade Estudo de Caso, adotando procedimentos metodológicos diferenciados, porém combinados, e fundamentados em referenciais teóricos das Ciências Sociais, pois como sublinha Azanha (1992, p.21) “sem teorias a pesquisa empírica opera de modo desordenado”.

Desse modo, neste texto, inicialmente apresentamos breves considerações sobre o tema da juventude no campo das Ciências Sociais, na sequência abordamos o processo de constituição das políticas públicas para a juventude no cenário brasileiro, incluindo a implantação do programa PROJOVEM e do Projovem Adolescente, para posteriormente adentrar na realidade ribeirãopretana, dando ênfase para os achados do estudo até presente.

### **Breves considerações sobre a noção de juventude nas Ciências Sociais**

Apesar da constatada polissemia existente sobre a noção de juventude nas Ciências Sociais, em seus domínios é possível apreender que ela deve ser tomada como uma categoria social e histórica, que não encontra uma definição unívoca e que não deve ser analisada apenas em sua dimensão simbólica. Para Bourdieu (1983), a categoria juventude é constituída por disputas de poder envolvendo os velhos e os mais jovens, nas quais representantes das gerações adultas acabam por definir o lugar dos mais novos na estrutura social.

Margulis y Urresti (1996, p.5), dialogando com as afirmativas de Bourdieu quanto a compreensão de juventude na condição de signo, considera que

[...] La juventud, como toda categoria socialmente constituida, que alude a fenómenos existentes, posee una dimensión simbólica, pero también tiene que ser analizada desde otras dimensiones: se debe atender a los aspectos, fácticos, materiales, históricos y políticos em los que toda producción social se desenvuelve. (MARGULIS, 1996, p.5).

Às afirmações de Margulis y Urresti (1996), associamos, as observações feitas por Alberto Melucci (1997), que lembra que o período da juventude é um dos mais marcantes do ciclo vital dos sujeitos, pois nela eles vivem experiências que contribuem para a conquista da autonomia e começam a “enfrentar o tempo como uma dimensão significativa e contraditória da identidade” (MELUCCI, 1997, p. 13).

Duas autoras brasileiras, Corti e Souza (2005), alertam-nos que para uma compreensão mais densa da categoria juventude, devemos incluir as situações relacionais, sociais e culturais, territoriais e políticas que caracterizam a suas vivências no presente

A classe social do indivíduo, sua condição étnica e de gênero, sua presença ou não no mercado de trabalho e na escola, seu local de moradia – urbano ou rural – sua situação familiar e sua orientação religiosa são fatores, entre outros, que vão diferenciando internamente os grupos que chamamos de adolescente e juventude (CORTI & SOUZA, 2005, p. 14).

A partir das considerações acima nos permitem reconhecer a categoria social juventude como um momento do ciclo vital, e os jovens como os sujeitos específicos que, sob determinadas e precisas condições materiais e simbólicas vivem aquela estação da vida, assim, ainda com Margulis y Urresti (1996), é possível compreender que

[...] la juventud no es sólo un signo ni se reduce a los atributos 'juveniles' de una clase. Presenta diferentes modalidades según la incidencia de una serie de variables. Las modalidades sociales del ser joven dependen de la edad, la generación, el crédito vital, la clase social, el marco institucional y el género. No se manifiesta de la misma manera si se es de clase popular o no (...) De esta manera, ser joven es un abanico de modalidades culturales que se despliegan con la interacción de las probabilidades parciales dispuestas por la clase, el género, la edad, la memoria incorporada, las instituciones (MARGULIS Y URRESTI, 1996, p. 10).

Deste modo, a partir das ancoragens conceituais acima expostas, e em nosso estudo seguimos a orientação de que para melhor apreendermos e darmos respostas as necessidades, demandas, interesses e projetos específicos, vivências dos jovens faz-se necessários compreender as situações diferenciais sob as quais os sujeitos vivem o tempo da juventude, inclusive no que concernem aos processos de concepção e implementações de iniciativas públicas aos sujeitos juvenis especificamente direcionadas (ALMEIDA; VINHA, 2011).

### **O PROJovem no cenário das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil**

O Projovem Adolescente trata-se de uma iniciativa pública concebida pelo governo federal brasileiro que tem como foco, *adolescentes* entre 15 e 17 anos de idade. Desta maneira, ao se falar de ações públicas *para a* ou *de* juventude, torna-se importante recuperar alguns elementos que demarcam a emergência dessa preocupação no cenário institucional brasileiro e assinalar alguns de seus desdobramentos para os segmentos juvenis.

Segundo Regina Novaes (2007), as iniciativas públicas voltadas aos segmentos juvenis ganhou maior visibilidade em vários países do mundo a partir dos anos 80, época em que se pensavam soluções às transformações econômicas e sociais decorrentes da globalização. Porém, somente 10 anos depois, o Estado brasileiro passou a incorporar a juventude e alguns dos direitos dos sujeitos jovens à agenda governamental, incluindo-a na pauta das políticas públicas (NOVAES, 2007), pode-se dizer que anteriormente aos anos de 1990, no país, os jovens e seus direitos permaneceram como “estados de coisas”, ou seja, “situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas” (RUA, 1998, p.732).

Contudo, Sposito & Carrano (2003) chamaram a atenção para o fato de que as ações públicas do governo federal que emergiram a partir da década de 1990 se configuraram

mais como tentativas oficiais de controle do tempo livre dos jovens, sobretudo aqueles inseridos nos bairros pobres e periféricos dos grandes centros urbanos e metropolitanos, com o objetivo de resolver os problemas sociais que os atingiam especificamente. Em outras palavras, as iniciativas visavam predominantemente prevenir, controlar e reparar as situações de mal-estar em que os jovens estavam imersos, naquelas espacialidades.

Porém, Sposito & Carrano (2003), avaliaram também que ao final dos anos 90 e início da década atual era possível constatar um avanço nas iniciativas públicas focadas nos jovens, com um maior envolvimento das instâncias federal, estadual e municipal de governo, e também a partir de ações de organizações e associações da sociedade civil. No entanto, grande parte dos projetos e programas ainda representavam os jovens como “problemas” ou como sujeitos que precisavam de “atenção, controle ou tutela” (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 187).<sup>4</sup>

Somente na década de 2000, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é que as políticas públicas para a juventude no Brasil começaram a atender de modo mais focalizado determinadas demandas e necessidades daquela categoria. Nesse período surgiram o Plano Nacional de Juventude e a proposta de um Estatuto da Juventude, resultando na formulação da Lei 11.129 (BRASIL, 2005), responsável pela ordenação das estruturas para a constituição da Política Nacional de Juventude, que por sua vez, instituiu a Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)<sup>5</sup> (NOVAES, 2007).

### **O programa PROJOVEM e a proposta socioeducativa - o Projovem Adolescente**

O PROJOVEM foi concebido para atender a demanda dos jovens por educação e emprego, “vinculando a escola ao mundo do trabalho” (NOVAES, 2007, p. 272). Três anos após a sua criação, ainda no governo LULA, sob a perspectiva de ampliar a proposta do Programa, foi sancionada a Lei Federal 11.692 (BRASIL, 2008), versando sobre a atenção aos jovens de 15 a 29 anos através da inclusão de quatro distintos projetos dentro do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM (NOVAES, 2007).

Segundo aquele texto legal (Lei 11.692)<sup>6</sup>, o PROJOVEM deveria ter como principais órgãos gestores a Secretaria Geral da Presidência da República e os Ministérios da

---

<sup>4</sup> Pode-se demonstrar como exemplo um dos programas analisados por Sposito e Carrano (2003) – o Programa Agente Jovem. Criado em 2000, no âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social, delimitou como públicos-alvo adolescentes de 15 a 17 anos, alfabetizados, vivendo em “condições de risco” e com a renda per capita que não ultrapassasse meio salário mínimo. Seu objetivo era preparar o jovem para a cidadania e para o mercado de trabalho, possibilitando-lhe uma bolsa no valor de R\$65,00. Em contrapartida o programa exigia a participação nas atividades e no projeto de prestação de serviços voluntários à comunidade. Esse Programa teve continuidade no primeiro Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (id., 2003), sendo posteriormente substituído e remodelado pelo PROJOVEM.

<sup>5</sup> Em 2005, a lei número 11.129 previu ao PROJOVEM apenas atenção aos jovens de 18 a 24 anos, com o intuito de reinserção na escola e inserção no mercado de trabalho. No entanto, em 2008 o programa foi alterado através da lei número 11.692/2008. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/93618/lei-11692-08>, acessado em 14 de Fevereiro de 2011 e <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/lei-11129>, acessado em 14 de Fevereiro de 2011.

<sup>6</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm), acessado em 21 de maio de 2008.

Educação, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seu público-alvo são os jovens de quinze a vinte e nove anos e tem como objetivo central promover a reintegração dos mesmos ao processo educacional, a qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. O Programa é articulado por meio de quatro projetos distintos: o *Projovem Adolescente*; o *Projovem Urbano*; o *Projovem Campo -Saberes da Terra*; e o *Projovem Trabalhador* (BRASIL, 2009). Uma das premissas do PROJOVEM é que ele deve ser implementado a partir dos princípios da descentralização e em parceria, envolvendo o Governo Federal e governos de Executivos locais.

De acordo com documentos oficiais, o PROJOVEM destina-se aos jovens de 15 a 17 anos, considerados em situação de “vulnerabilidade social”<sup>7</sup>, pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, provenientes da atenção social especial e também jovens sob medidas de proteção ou socioeducativas, tal como disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal 8069/1990) (ALMEIDA; VINHA, 2011).

Assim, como os demais projetos que estruturam aquele grande Programa, o *Projovem Adolescente* trata-se de uma ação focal, de perfil socioeducativo, que tem como “metodologia a Pedagogia de Paulo Freire”. Seu conteúdo foi organizado a partir de três eixos: a *Convivência Social*, a *Participação Cidadã* e o *Mundo do Trabalho*. Os conteúdos referentes a cada eixo devem ser distribuídos entre os percursos socioeducativos, nos quais são trabalhados o que foi denominado de temas transversais: *Juventude e Direitos Humanos e Sociais*, *Juventude e Saúde*, *Juventude e Meio Ambiente*, *Juventude e Trabalho*, *Juventude e Cultura*, *Juventude Esporte e Lazer*. Tal Projeto deve ser desenvolvido em dois anos consecutivos, sendo que o primeiro ano é destinado especificamente às atividades socioeducativas e o segundo ano para a participação cidadã, incluindo um projeto de atuação na comunidade e formação técnica para o trabalho (BRASIL, 2009).

É importante ressaltar que em relação ao *Projovem Adolescente*, a Lei não previu medidas de *cash transfer*, ou bolsa auxílio, como disposto aos demais projetos do PROJOVEM. Entretanto, a participação dos jovens neste específico projeto implica a mediação de instituições públicas específicas, sobretudo aquelas que dialogam e trabalham com famílias beneficiárias do *Programa Bolsa Família*.<sup>8</sup>

### **Breve caracterização da cidade de Ribeirão Preto e de sua população jovem: dissonâncias entre a modernidade e modernização**

---

<sup>7</sup> Segundo material produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome são considerados em situação de vulnerabilidade social “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou pelo acesso às demais políticas públicas”. (BRASIL; MDS, 2009, p.48)

<sup>8</sup> <http://www.mds.gov.br>, acessado em 30 de Novembro de 2011.

De plano é preciso observar que a localidade de Ribeirão Preto se auto concebe e tem sido reconhecida em escala regional e nacional como uma representante da denominada “Califórnia Brasileira”, isto é, o “conjunto de municípios médios e grandes do interior, situados no centro e no norte do estado” de São Paulo. Trata-se de cidade rica, com próspero crescimento e desenvolvimento econômico, que abriga grande parque de instituições de ensino superior – públicas e privadas, portanto, um símbolo da modernização e do moderno (JANUZZI, 1995; GOMES, 2011).

Contudo, uma mirada mais abrangente sobre a realidade ribeirão-pretana, pode-se apreender outras dimensões também estruturadoras daquela imagem de cidade próspera, pois a localidade também se (re)produz a partir de “contrastos socioespaciais profundos (...) decorrentes do modelo econômico” em vigência, que têm por âncoras produtivas básicas o agronegócio e a produção sucroalcooleira o que, por sua vez, torna

evidente que a estrutura produtiva do município e da região não é capaz de trazer melhorias de vida para a população como um todo. Ao contrário, tende a acentuar as desigualdades e os conflitos por emprego, renda, terra, saúde, educação, moradia adequada, lazer” (GOMES, 2011; p. 2).

Neste contexto, diferentes segmentos da sociedade local, em seus processos de produção-reprodução, não acessam e usufruem em condições de igualdade dos serviços, bens e produtos da riqueza econômica produzida pela localidade e as cidades circunvizinhas, sobretudo os segmentos de trabalhadores, os segmentos sociais e étnicos economicamente menos aquinhoados e no interior deles, suas crianças, adolescentes e jovens.

Situado na porção nordeste do estado de São Paulo, atualmente o município de Ribeirão Preto conta com 604.682 habitantes (IBGE, 2010)<sup>9</sup>, sendo que 98% da população residem na sua área urbana. Ao mirarmos a estrutura etária da população de Ribeirão Preto nos anos de 2000 (509.332 habitantes) e 2010, verificamos que o município teve um crescimento populacional de 18,7%, crescimento menor do que o constatado para o estado de São Paulo, mas superior ao crescimento da população brasileira que foi da ordem de 12,3%, no período considerado. O município também apresentou redução da população correspondente à faixa etária de 0 a 19 anos de idade.

Em relação ao nível de renda *per capita* domiciliar mensal, observa-se segundo o Censo do IBGE (2000) que o perfil da renda da população de 0 a 18 anos de Ribeirão, São Paulo e Brasil é bastante diferente. Enquanto em Ribeirão apenas 15,3% das crianças e adolescentes estão entre os 10% mais pobres do país, em São Paulo esta proporção sobe para 23%. Destaca-se o fato de mais da metade (52%) dos 10% mais pobres do país ser

---

<sup>9</sup> <http://www.ibge.gov.br>, acessado em 25 de Novembro de 2011.

composta por crianças e adolescentes. Inversamente, 37,2% da população analisada em Ribeirão faz parte da população que percebem as maiores rendas do país (níveis 4, 5 e 6). Em São Paulo esta proporção cai para 27,1% e no país para 13,1%.

Em relação à educação escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, pode-se afirmar que houve um crescimento na taxa de escolarização dos segmentos infanto-juvenis do município,<sup>10</sup>. Em Ribeirão Preto, esse crescimento é percebido através do aumento do número de atendimentos na educação básica (2000-2010) e no atendimento à educação de adolescentes. Os dados mobilizados revelam que em 2010 quase a totalidade de adolescentes nas faixas etária dos 15 (96,1%), dos 16 (100,0%) e dos 17 (95,5%) lograram acessar a educação escolar. No entanto, em relação às taxas de escolarização dos jovens de 15 a 18 anos entre 2000 e 2010, somente 58,8 dos 10% mais pobres frequentaram a escola contra 92,3 dos 10% mais ricos (IBGE, 2000/2010; INEP, 2010; FFCLRP, LEPINJE, 2011 apud ALMEIDA E VINHA, 2011).

Sobre a inserção dos adolescentes na esfera do trabalho, em Ribeirão Preto, os adolescentes que pertencem à faixa etária dos 16 aos 18 anos de idade trabalham mais do que 40 horas semanais (46,1% tem 16 anos, 48,6% tem 17 anos e 50,9% tem 18 anos), sendo que somente 41% possuem registro em carteira. (IBGE, 2000; FFCLRP, LEPINJE, 2011 apud ALMEIDA E VINHA, 2011).

Os poucos dados sociodemográficos referentes ao local da pesquisa e seus sujeitos nos permite inferir que mesmo que os segmentos juvenis da cidade contem, atualmente, com uma razoável oferta de equipamentos escolares que oferecem educação nas etapas do ensino fundamental e médio, eles também indicam a prevalência de diferenças e desigualdades na distribuição de oportunidades educacionais, direito social dos jovens que fundam e configuram a cidadania moderna.

### **O Projovem adolescente em Ribeirão Preto: incursões iniciais**

No mesmo ano em que o Executivo Federal instituiu o Projovem Adolescente, o Executivo Municipal de Ribeirão Preto o incorporou à sua agenda governamental, elegendo como órgão gestor do Projeto a Secretaria da Assistência Social e como seu órgão executor os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Os Centros de Referência da Assistência Social são equipamentos regionalizados vinculados à Secretaria de Assistência Social, que funcionam como referência para o atendimento à população de camadas populares mais empobrecidas da cidade ou em situação de miserabilidade. Atualmente, os CRAS estão distribuídos em cinco regiões

---

<sup>10</sup> <http://www.inep.gov.br>, acessado em 25 de Novembro de 2011.

município (norte, noroeste, centro, sul, sudoeste), e cada região conta com um ou mais CRAS, de acordo com a densidade populacional das regiões e bairros de sua influência.

A partir de reiteradas incursões no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi possível constatar que o número de famílias e jovens ribeirão-pretanos cadastrados para o recebimento de benefícios financeiros – *cash transfer* - e para a participação em programas socioassistenciais, apresentavam as seguintes cifras:

em 2011, 24.264 famílias ribeirão-pretanas estavam inseridas no cadastro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou seja, famílias que possuíam renda per capita mensal de até ½ salário mínimo; destas, 12.328 famílias estavam participando do programa de transferência de renda Bolsa Família<sup>11</sup> (MDS, 2011). Para o mesmo ano, o Sistema de Informação Social do Programa Projovem Adolescente (SISJOVEM)<sup>12</sup> indicava que no município havia 10.412 adolescentes, filhos das famílias cadastradas no Sistema Único de Assistência Social. Por pertencerem ao Cadastro Único de Assistência Social, esses jovens são considerados demanda para as iniciativas públicas para jovens de camadas populares.<sup>13</sup>

Levantamento realizado em documentos oficiais do Projovem Adolescente em Ribeirão Preto, para o período 2008-2012, revelaram que em 2008 foram implantados seis coletivos, assim distribuídos pelas regiões do município: um na região Central (desativado logo no início das atividades), dois na região Norte; um na região Oeste, um na região Noroeste e um na região Sudoeste. O conjunto dos coletivos organizados atendia apenas 127 adolescentes. Em 2009, houve uma tentativa de implantação de um novo coletivo na região Noroeste, porém sem sucesso. Ao final de 2009, período de dois anos proposto pelo projeto para o encerramento do coletivo, apenas 72 adolescentes concluíram as atividades do Projovem Adolescente. Para o início de um novo ciclo, em 2010, 10 novos locais foram organizados sendo que três foram desativados ao longo do percurso. Os coletivos que conseguiram se firmar interagiram como 295 adolescentes, ao menos no início das atividades do primeiro semestre de 2010. Entretanto, desconsiderando os adolescentes que abandonaram e os que participaram dos coletivos desativados, apenas 107 concluiu o segundo ciclo no final de 2011.

Na tabela 1, abaixo, busca-se oferecer um retrato do número de jovens que interagiram com o Projovem Adolescente, no período 2008-2012, nos diferentes Centros Regionais da Assistência Social, instalados no território urbano do município.

Tabela 1 – Número de adolescentes que interagiram com o Projovem Adolescente em Ribeirão Preto, por número de Centro de Referência da Assistência Social, 2008-2012

CRAS/Região	Quantidade de coletivos	Número de inscritos	Deserções	Concluíram	Não concluíram (coletivo desativado)	Participantes 2012
Centro, Sul e Sudeste	5	98	35	32	19	12
Norte	8	166	52	64	0	50
Oeste	2	47	22	14	11	0

<sup>11</sup> <http://www.mds.gov.br>, acessado em 30 de Novembro de 2011.

<sup>12</sup> <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/sisjovem>, acessado em 25 de Novembro de 2011.

<sup>13</sup> <http://www.mds.gov.br>, acessado em 25 de Novembro de 2011.



Noroeste	5	98	25	35	23	15
Sudoeste	4	132	61	34	22	15
Total	24	541	195	179	75	92

**Fontes:** MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Rede SUAS - SIS Jovem, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/sisjovem>. Acesso em: 16/06/2012.

PMRP. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Secretaria de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. Formulário de inscrição do jovem, 2008, 2009,2010,2011.

PMRP. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Secretaria de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. PROJETO PROJOVEM – Ficha Cadastral, 2008, 2009,2010, 2011.

PMRP. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Secretaria de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. Lista de Frequência Mensal dos Jovens ao Serviço Socioeducativo, 2008, 2009,2010, 2011.

PMRP. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Secretaria de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. PROJOVEM ADOLESCENTE – Folha de Ocorrências, 2008.

Os dados demonstram que o número de coletivos não está igualmente distribuído entre as regiões - o maior número encontra-se na região Norte e o menor número na região Oeste. Dos 541 adolescentes atendidos pelo Projovem Adolescente no município de Ribeirão Preto, desde 2008 até o presente, apenas 179 concluíram os dois ciclos propostos pela iniciativa, sendo que 195 abandonaram as atividades socioeducativas propostas. No período, 75 sujeitos deixaram de participar das atividades, pois os coletivos que eles integravam deixaram de funcionar. Em 2012, apenas 92 adolescentes participam ativamente das ações socioeducativas do Projovem.

### **Resultados preliminares dos trabalhos de campo**

As primeiras atividades de campo consistiram de visitas aos locais em que os coletivos estavam situados e de diálogos estabelecidos com os profissionais responsáveis pelas atividades socioeducativas: Orientadores Sociais, Psicólogos e Assistentes Sociais. A partir das várias incursões foi possível contatar que, nos anos 2008–2009, dos sete coletivos implantados, dois deles foram desativados. Nos de 2010-2011, dez novos coletivos foram formados, contudo, três foram desativados. Já em 2012, sete coletivos foram articulados, sendo que, em pouco tempo, um foi desativado.

Segundo os profissionais vinculados a Secretaria de Assistência Social que foi possível dialogar, os motivos mais recorrentes para o não funcionamento ou a desativação de alguns coletivos foram: 1) falta de infraestrutura e segurança no local e 2) alta rotatividade dos Orientadores Sociais, educadores que devem operar o Projovem mas que estabelecem precário contrato de trabalho com o Executivo local. Tais razões, em princípio, explicariam o porquê de 2008 até o momento apenas um local continua abrigando, de modo ininterrupto, os coletivos do Projovem Adolescente.

Diante dos dados acima, foi necessário rever o objeto do estudo e incorporar a investigação o aprofundamento de uma questão não anteriormente prevista, qual seja: os reais motivos para esta aparente fragilidade no processo de implementação do Projovem Adolescente em Ribeirão Preto. Tal questão deverá ser mais bem escrutinada a partir de diálogos que serão travados com representantes dos órgãos e gestor e executor do Projeto.

Quanto às respostas para a permanência ou deserção dos adolescentes nos coletivos que resistem aos desacertos da implementação do Projeto, optamos por aprofundar o Estudo de Caso em coletivo instalado em 2008, no bairro Quintino II, situado na periferia da região Norte de Ribeirão Preto. Tal bairro tem sido caracterizado pela mídia local como uma localidade marcada pela pobreza, pela violência e por práticas de ocupação de terrenos públicos ou privados para fins de construção de moradias precárias.

O coletivo do Projovem Adolescente situado no Bairro Quintino II, tem suas atividades desenvolvidas no interior de equipamento público, com o objetivo de oferecer serviços, projetos e atividades sociais, educativas e culturais a crianças e adolescentes pobres em horário complementar às atividades escolares. A decisão pela escolha do coletivo que se desenvolve naquele equipamento se deveu, ainda, pelo fato de que naquele local, ao longo de cinco anos, o Projovem Adolescente interagiu com 59,6% dos adolescentes que interagiram com o Projeto em toda a região norte do município (PMRP, 2008, 2009, 2010, 2011)<sup>14</sup>.

Para realizarmos uma caracterização sociodemográfica, econômica e cultural dos adolescentes que acessam(ram) essa específica iniciativa pública, foi concebido formulários, com questões fechadas, que cobre várias dimensões das vivências dos adolescentes.

Até o momento foi possível realizar a pré-testagem do instrumento de coleta de dados, assim como alterações sugeridas pelos adolescentes que cooperaram com esta etapa do trabalho e projeta-se a sua aplicação para os meses de agosto e setembro, para os adolescentes que permanecem ou desertaram do Projeto, na localidade referida.

Dada as limitações impostas à nossa exposição, neste texto apresentaremos apenas alguns dados já colhidos sobre os participantes do coletivo acima citado e contribuirão à pre-testagem do formulário que será aplicado.

Nas atividades do coletivo do Projovem Adolescente instalado no bairro Quintino II, atualmente, estão inscritos quinze adolescentes, porém apenas nove participam regularmente das atividades socioeducativas a eles oferecidas.

Dos nove sujeitos que dialogaram conosco, quatro são mulheres e cinco homens. Os homens em sua maioria possuem maior idade comparada às mulheres, (dois possuem 18 anos, um possui 17 anos e outros dois possuem 15 anos de idade). Já entre as mulheres uma afirmou ter 15 anos de idade e três 16 anos de idade. Todos eles/as nasceram em Ribeirão Preto, e quando perguntados se gostariam de mudar de cidade, apenas uma mulher respondeu que sim, pois afirmou ter interesse em conhecer outros lugares. Dois

---

<sup>14</sup> Valor aproximado, calculado com base no documento oficial da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. PMRP. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Secretaria de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. Formulário de inscrição do jovem, 2008, 2009, 2010, 2011.

homens também responderam afirmativamente, um pelo mesmo motivo anterior e outro porque considera ruim morar em Ribeirão Preto. Já quando foram indagados se gostariam de mudar de bairro, três meninas responderam sim contra três respostas negativas dos meninos.

A maioria deles reside com em famílias monoparentais - a mãe e irmãos/ãs - em casas próprias, com quatro cômodos, em média, algumas moradias abrigando entre três e oito pessoas. Os pais ou responsáveis também nasceram em Ribeirão Preto, com exceção de três que nasceram no Estado da Bahia e dois no Estado de Pernambuco. A presença de progenitores que nasceram em estados do nordeste brasileiro, pode ser compreendida como uma expressão de fluxos migratórios que impactaram a dinâmica demográfica e sociocultural da localidade, tendo em vista as características dominantes de sua produção agrícola – sucroalcooleira.

Apesar de responderem que a mãe/responsável mulher e o pai/responsável homem contribuem para a renda total da família, os dados evidenciam que são as mulheres que possuem maior rendimento no interior dos núcleos familiares. A maioria dos pais/responsáveis, quando presentes no mesmo domicílio, vivem a situação de desemprego ou formas precárias de inserção na esfera do trabalho - fazem “bicos” ou trabalham eventualmente, por conta própria. Já as mães/responsáveis dos adolescentes apresentam um quadro mais diversificado de inserções na esfera do trabalho: algumas trabalham em ocupações formais, com contrato oficial de trabalho, no setor terciário de atividades, ou ainda, trabalham por conta própria, como doméstica ou vendedoras de material reciclado. Todavia, todos os adolescentes afirmaram que a renda média mensal familiar é complementada com recursos financeiros repassados pelo Programa do governo federal “Bolsa Família”.

Os dados sociodemográficos preliminares sobre os núcleos familiares dos adolescentes que conosco dialogaram, até o momento, permitem ressaltar a ideia defendida na introdução deste texto, qual seja, que embora Ribeirão Preto seja uma cidade rica, moderna, próspera, nacionalmente conhecida como uma porção da “Califórnia Brasileira”, sua riqueza não se distribui igualmente por seus habitantes e suas famílias, sinalizando que sua modernização econômica não tem sido capaz de se estender para as dimensões sociais de existência de muitos de seus núcleos familiares, sobretudo aqueles inseridos em bairros mais periféricos dos centros urbanos mais dinâmicos e ricos da cidade.

No que se refere às questões sobre a escolarização apenas um jovem respondeu que não estava estudando, pois afirmou que mudou de bairro e tal fato ampliou a distância entre a atual moradia e a antiga escola. Todas as mulheres adolescentes e um homem disseram frequentar o Ensino Médio, nos períodos matutino ou noturno. Quando perguntados se para

eles/as era importante estudar, quatro adolescentes homens responderam que sim, porque estudar é “um bem” e “porque era importante para arrumar um trabalho”. Apenas um dos adolescentes, homem, afirmou que para era “mais importante trabalhar do que estudar”.

Por sua vez, as três mulheres adolescentes “informaram que estudar era importante”, pois se tratava de um investimento visando o futuro, isto é, um investimento visando conquistar uma melhor ocupação no mundo do trabalho. Tal como o adolescente homem que preferia o trabalho ao estudo, uma adolescente também declarou que “estudar não era importante para ela, naquele momento, pois preferia trabalhar”.

Em relação a experiências no universo do trabalho, as quatro adolescentes que conosco dialogaram informaram que nunca trabalharam; entretanto, entre os cinco adolescentes homens, dois deles declaram que já tinham vivido experiências anteriores de trabalho. Dos outros três, um deles verbalizou que trabalhava oito horas/dia, em atividades de serviços gerais e dois afirmaram nunca ter trabalhado.

Assim, dos nove adolescentes que contribuíram com a pesquisa, apenas um afirmou não possuir vínculos com a escolarização no Ensino Médio, contudo, pode-se perceber que entre homens e mulheres a questão do trabalho se coloca como realidade no presente e não necessariamente como projeto de futuro. Os dados até agora levantados sinalizam que muito possivelmente no caso dos jovens do Projovem Adolescente, a noção de moratória social deverá ser relativizada, e em termos de “moratória vital”, nos muito provavelmente nos depararemos com “jovens não-juvenis” (Margulis y Urresti, 1996).

O formulário que construímos se preocupou, ainda, em indagar sobre as atividades de lazer que os jovens realizavam no tempo livre de responsabilidades escolares ou de trabalho ocupacional. Nesta dimensão de suas vivências, tanto as jovens mulheres quanto seus pares homens indicaram que tinham como principal atividade de lazer *assistir TV*. Para as adolescentes mulheres, a segunda atividade de lazer mais vivenciada era o acesso e uso da internet, já jogar futebol foi a segunda atividade de lazer mais citada por seus pares homens. Todos/as responderam que acessam a internet, tanto em casa como equipamento públicos, como as Lan Houses. Declararam, ainda, que a principal atividade realizada na internet consistia em acessar seus respectivos perfis nas redes sociais.

No que se refere às questões sobre o Projovem Adolescente foi possível notar primeiramente que mesmo os que concluíram o projeto em 2010 e 2011 continuam participando das atividades do Projeto em 2012.

Diversas foram as formas como souberam do Projeto, elas envolvem desde os contatos com profissionais do Executivo local, passa por correspondências oficiais, e também os vínculos sociais primários de vizinhança, amizade e familiares. De acordo com os jovens entrevistados, o contato mais frequente foi através de visitas ou atendimento da

Assistente Social (quatro respostas), seguido do convite de um amigo (duas respostas), da irmã (um), e carta oficial (um).

A mesma diversidade de situações foi constatada nas respostas obtidas à questão “Por que escolheu participar do Projovem”? As respostas dadas pelos adolescentes podem ser consideradas como expressão de valores e crenças que informam suas escolhas. Foram elas: “por causa dos amigos”, “para conhecer pessoas novas”, “para trabalhar”, “porque tem várias palestras e remuneração”, “para aprender a se comportar no trabalho”, “para ter mais informação e ter o que fazer depois da escola”, “por que não tem nada prá fazer em casa” e “porque aprende várias coisas”.

Quando indagados sobre o que mais gostam no Projovem, encontramos respostas tais como: “as atividades e dinâmicas socioeducativa propostas”; “para encontrar e conviver com os “amigos” e outros “participantes” que compartilham do Projeto.

Mesmo que se verifique uma diversidade de respostas à indagação formulada, elas não deixam de expressar valores vinculados às necessidades e demandas presentes nas vidas desses adolescentes, e do nosso ponto de vista elas podem ser classificadas com sendo tanto “**instrumentais como expressivas**”. Do ponto de vista das necessidades e demandas instrumentais teríamos: “para trabalhar”, “porque tem palestras e remuneração”, “para ter mais informação”. Como necessidades e demandas **expressivas**, sublinhamos as afirmações que remetem diretamente aos planos da sociação, da sociabilidade e da socialização: “encontrar e conviver com os amigos”; “conhecer novas pessoas”; “aprender a se comportar no trabalho”. Mas algumas das respostas sinalizam que para alguns jovens o Projeto é um espaço-tempo que lhes permitem romper com a angústia causada pela ausência ou a reduzida oferta pública de atividades culturais, esportivas e de lazer no bairro em que residem: “para ter o que fazer depois da escola” ou “porque não tem nada prá fazer em casa”.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho foi possível apresentar alguns resultados de pesquisa que busca caracterizar e analisar os valores que fundamentam as escolhas de sujeitos jovens nas relações que estabelecem com a versão local de uma ação pública elaborada e coordenada pelas gerações adultas, visando atender às necessidades socioeducativas de jovens, pobres, com baixa escolaridade, moradores de bairros periféricos e de famílias vinculadas a programas oficiais de transferência de renda.

Em relação ao Projovem Adolescente em Ribeirão Preto, até o momento foi possível constatar algumas regularidades na versão local do Projeto: a fragilidade da ação em suas relações com os sujeitos-alvo da iniciativa os/as jovens; a precariedade de recursos

logísticos e aquelas presentes na seleção e contratação de profissionais qualificados para o trabalho com os sujeitos juvenis com as características delimitadas pela ação, situações que acabam por contribuir para a descontinuidade das ações do Projeto em diferentes regiões e bairros populares da cidade. Tais situações, que implicam a constatação da falta de investimentos reais contínuos do Executivo local nas ações voltadas para o público adolescente das camadas populares, contribuem para reforçar a ideia de que aos adolescentes pobres das camadas populares dos bairros periféricos, qualquer pedagogia basta, inclusive a “pedagogia da precariedade”, como bem já assinalou Leão (2004).

Os dados já levantados evidenciam o ínfimo número de adolescentes da cidade que conseguem acessar e ingressar no Projeto, se comparado com o número de adolescentes com o perfil para participar da ação e cujas famílias estão cadastradas no Programa Bolsa Família ou em algum programa similar. Também tem sido possível constatar que, nos coletivos que logram funcionar por dois anos, poucos são os adolescentes que se dispõem a acessar e fruir na integralidade, das atividades do Projeto, muitos deles desertam, em diferentes temporalidades dos trabalhos.

A partir dos primeiros diálogos mantidos como os sujeitos reais que frequentam regularmente as atividades do Projeto, isto é, ao se colocar como uma “escuta sensível” às vozes dos adolescentes sobre suas necessidades, demandas, escolhas, projetos e valores, foi possível identificar a ponta de “iceberg”: a diversidade inerente à condição juvenil da localidade, no que tange a precariedade como alguns jovens acessam e fruem de determinados direitos sociais conformados pela modernidade. O que permite reforçar a ideia de que em Ribeirão Preto, modernização econômica e modernidade social e cultural são processos que andam descompassadamente e atingem diretamente os segmentos juvenis de seu conjunto populacional e social.

Se ao final da pesquisa tal realidade se expressar com maior propriedade nas vivências dos jovens que interagem/interagiram com o Projovem adolescente, será possível afirmar que o Estado brasileiro, os governos federal e local e as demais instituições do mundo adulto de fato demonstram uma dificuldade na interação e atuação com a diversidade inerente ao universo social juvenil, o que contribui para avolumar os desafios hoje postos para os processos de coesão social de nossa sociedade e para os desígnios de nossa “jovem” democracia (SORJ & MARTUCCELLI, 2008).

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, E.; VINHA, G. C. G. Jovens Participantes de um Projeto do Governo Federal – Projovem Adolescente: Primeiras Incursões. *X Semana de Pós-Graduação em Sociologia*. Universidade Estadual Paulista. Araraquara, São Paulo. 2011 (Apresentação de Trabalho).

AZANHA, J. M. P.. *Uma idéia de pesquisa educacional*. São Paulo: Edusp, 1992.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Traçado Metodológico. Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009.

CORTI, A. P.; SOUZA, R. *Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para Educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

DUBET, F. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

GOMES, M. A. S. Desvelando o Mito da “Califórnia”: Aspectos da Desigualdade Sócio espacial em Ribeirão Preto – SP. *Revista de Geografia*, Rio de Janeiro: PPGE, 2011, v. 2, n.1.

JANUZZI, P. de M. Distribuição de Renda – o Caso da Califórnia Paulista. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 1995, v. 09, n.03.

LEAO, G. . A gestão da pobreza juvenil: uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. *XXVII Reunião Anual da ANPED*, Caxambu: ANPED, 2004.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPED, Mai/Jun/Jul/Ago 1997, nº. 5, Set/Out/Nov/Dez 1997, nº. 6.

NOVAES, R. Políticas de Juventude no Brasil: Continuidades e Rupturas. In: FÁVERO, O; SPOSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. *Juventude e Contemporaneidade*. MEC, UNESCO E ANPED, Brasília, 2007 (Coleção Educação Para Todos).

PAIS, J. M. . A Construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, v. XXV, 1990a, 1990b., p.139-165.

\_\_\_\_\_. Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea (Introdução). In: José Machado Pais (Eds.). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea* (pp. 17-58). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude, 1998.

RUA, M. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998, v.2.p.731 – 752.

SORJ, B. & MARTUCCELLI, D. El desafío latinoamericano : cohesión social y democracia, Buenos Aires : Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2008.

SPOSITO; TOMASI; MORENO. In: SPOSITO, M. P. (coord.) *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. 1 ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, v.1.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R., Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n.24, Set/Out/Nov/Dez, 2003.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FFCLRP. LEPINJE. *Perfil da criança e do adolescente em Ribeirão Preto e o estabelecimento de diretrizes para a formulação de políticas públicas: contribuições do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente – resultados parciais*. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2011

